

Suspensão da remessa de juros será parcial

17 SET 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

Governo não quer acumular grandes atrasos para não prejudicar negociação

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — O Brasil não quer acumular grandes somas de juros em atraso com os bancos estrangeiros até o fim do ano. Mesmo sem um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que permitiria a entrada de recursos para pagar os credores e pouparia reservas cambiais do País, o governo vai realizar alguns pagamentos até dezembro, sempre que o saldo da balança comercial proporcionar folga de divisas. O País deveria pagar amanhã US\$ 1,65 bilhão. Os vencimentos totais do mês chegam a US\$ 2,3 bilhões.

As autoridades econômicas estão convencidas de que o acúmulo de grandes parcelas de juros em atrasos prejudicaria até o processo de negociação a ser iniciado pelo governo. Uma grande pendência com os banqueiros faria com que as conversas "se concentrarem mais em resolver o passado do que em discutir o futuro", resumiu uma fonte da área econômica. Por isso, mesmo que em conta-gotas, os banqueiros vão receber uma parte de seus créditos.

O governo está na expectativa de que o FMI manifeste sua posição em relação ao Brasil até o fim do mês. São poucas as chances de acordo, mas, como as negociações estão em curso, entende-se que o

Fundo poderá optar por uma decisão política e firmar com o Brasil um acordo de curto prazo, que sirva apenas para o País manter em dia seus compromissos até a posse do novo governo. "O ideal seria que tivéssemos um pool de recursos, incluindo o Fundo o Banco Mundial e governo japonês, além dos próprios bancos. Mas ainda não sabemos se isso será possível", informou a fonte.

O ambiente para que o Brasil atrasasse seus pagamentos sem provocar nova onda de hostilidades com a comunidade financeira internacional foi cuidadosamente preparado. Desde junho, o ministro Mailson da Nóbrega e o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, vêm dizendo abertamente aos banqueiros que, se não houver o acordo com o FMI ou qualquer outro arranjo que signifique entrada de dinheiro novo no País, os pagamentos de setembro não serão feitos.

A decisão do governo de manter elevado o nível das reservas cambiais parece estar sendo bem compreendida pelos banqueiros. Preservar as reservas é um instrumento fundamental contra a hiperinflação. Além disso, o ministro da Fazenda acha que os próximos negociadores da dívida vão precisar de reservas de no mínimo US\$ 8 bilhões em caixa para discutir com serenidade e livres de pressões um bom acordo para a redução da dívida externa brasileira. Na visão da equipe econômica, é preferível atrasar pagamentos e manter as reservas. Os atrasos, de qualquer forma, entrariam no contexto da negociação a ser feita pelo novo governo.

Ao contrário do que ocorreu com a moratória de fevereiro de 1987, quando o governo formalizou sua decisão e conferiu a ela um sentido político, não se espera agora nenhum tipo de retaliação por parte dos banqueiros. O cenário internacional da dívida externa evoluiu muito nos últimos dois anos. O Plano Brady, que abriu o caminho para a redução do valor nominal da dívida do Terceiro Mundo, é um reconhecimento de que o assunto ultrapassou os limites de uma simples relação entre credor e devedor.

Mais informações sobre dívida externa na página 6



André Dusek/AE - 13/9/88

Mailson: alerta aos banqueiros